



PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI Nº 8342

DISPÕE SOBRE OS MECANISMOS DE FOMENTO DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO À CULTURA EM ÂMBITO MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, conforme disposto no Art. 51 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara Municipal **APROVA**, e ele **SANCIONA e PROMULGA** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura de que trata o inciso VI do § 2º do art. 216-A da Constituição e a Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, e estabelece procedimentos padronizados de prestação de contas para instrumentos não previstos em legislação específica.

Art. 2º A concessão de qualquer incentivo cultural que envolva o repasse de recursos públicos somente poderá ocorrer se houver previsão expressa em lei municipal específica, que autorize a despesa e estabeleça o orçamento correspondente.

Art. 3º Os mecanismos de fomento cultural contribuirão para:

I - valorizar a cultura municipal, consideradas suas várias matrizes e formas de expressão;

II - estimular a expressão cultural dos diferentes grupos e comunidades que compõem a sociedade cachoeirense;

III - viabilizar a expressão cultural do município e a sua difusão em escala regional;

IV - promover o restauro, a preservação e o uso sustentável do patrimônio cultural municipal em suas dimensões material e imaterial;

V - incentivar a ampliação do acesso da população à fruição e à produção dos bens culturais;

VI - fomentar atividades culturais afirmativas para a promoção da cidadania cultural, da acessibilidade às atividades artísticas e da diversidade cultural;

VII - desenvolver atividades que fortaleçam e articulem as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais, nos diversos segmentos culturais;



VIII - fomentar o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais pelos povos indígenas e pelas comunidades tradicionais cachoeirense;

IX - apoiar as atividades culturais de caráter inovador ou experimental;

X - apoiar ações artísticas e culturais que usem novas tecnologias ou sejam distribuídas por plataformas digitais;

XI - apoiar e impulsionar festejos, eventos e expressões artístico-culturais tradicionais e bens culturais materiais ou imateriais acautelados ou em processo de acautelamento;

XII - impulsionar a preparação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para a produção e a difusão culturais;

XIII - promover a difusão e a valorização das expressões culturais cachoeirenses no estado do Espírito Santo e o intercâmbio cultural com outros estados;

XIV - estimular ações com vistas a valorizar artistas, mestres de culturas populares tradicionais, técnicos e estudiosos da cultura brasileira;

XV - apoiar o desenvolvimento de ações que integrem cultura e educação;

XVI - apoiar ações de produção de dados, informações e indicadores sobre o setor cultural; e

XVII - apoiar outros projetos e atividades culturais considerados relevantes pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Parágrafo único. A implementação dos mecanismos de fomento cultural garantirá liberdade para a expressão artística, intelectual, cultural e religiosa, respeitada a laicidade do Município.

Art. 4º Esta Lei se aplica a todos os mecanismos de fomento cultural instituídos pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim, sejam eles já existentes ou que venham a ser criados por lei específica.

Art. 5º Poderão ser agentes culturais destinatários do fomento cultural os artistas, produtores culturais, gestores culturais, mestres da cultura popular, curadores, técnicos, assistentes e outros profissionais dedicados à realização de ações culturais.

Parágrafo único. Os agentes culturais poderão ser pessoas físicas ou pessoas jurídicas com atuação no segmento cultural, respeitados os regramentos e parâmetros estabelecidos nos editais de projetos, premiações culturais e credenciamento de avaliadores.

Art. 6º As ações afirmativas e reparatórias de direitos poderão ser realizadas por meio de editais específicos, de linhas exclusivas em editais, da previsão de cotas, definição de bônus de pontuação, entre outros mecanismos similares destinados especificamente a determinados territórios, povos, comunidades, grupos ou populações.



Art. 7º Para fins desta Lei, consideram-se:

I - ação cultural: qualquer atividade ou projeto apoiado por políticas públicas de fomento cultural;

II - agente cultural: agente atuante na arte ou na cultura, na qualidade de pessoa física, microempresário individual, empresário individual, organização da sociedade civil, sociedade empresária, sociedade simples, sociedade unipessoal ou outro formato de constituição jurídica previsto na legislação;

III - instrumento de execução do regime próprio de fomento à cultura: instrumento jurídico celebrado entre a administração pública e o agente cultural para formalizar o apoio de políticas públicas de fomento cultural, conforme o disposto no Capítulo II desta Lei;

IV - instrumento de captação de recursos privados do regime próprio de fomento à cultura: instrumento jurídico celebrado com doador, patrocinador ou investidor, pessoa física ou jurídica de direito privado, para apoiar ações culturais, sem incentivo fiscal, conforme o disposto no Capítulo III desta Lei;

Parágrafo único. O disposto no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não se aplica aos instrumentos referidos nos incisos III e IV do *caput* deste artigo.

CAPÍTULO II **DA EXECUÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE FOMENTO À CULTURA**

Seção I **Dos Tipos de Instrumento**

Art. 8º São instrumentos de execução do regime próprio de fomento à cultura:

I - com repasse de recursos pela administração pública:

- a) termo de execução cultural;
- b) termo de premiação cultural;
- c) termo de bolsa cultural;

II - sem repasse de recursos pela administração pública:

- a) termo de ocupação cultural;
- b) termo de cooperação cultural.

Parágrafo único. Todos os instrumentos previstos nos incisos I e II do *caput* deste artigo poderão ser celebrados pelo agente cultural de que trata o inciso II do *caput* do art. 7º desta Lei, independentemente do seu formato de constituição jurídica.



Art. 9º O agente cultural poderá requisitar à administração pública o chamamento público para a consecução de políticas culturais realizáveis por meio dos instrumentos do regime próprio de fomento à cultura, mediante requerimento, que iniciará procedimento de manifestação de interesse cultural, composto das seguintes etapas:

I - apresentação do requerimento inicial, com identificação do agente cultural, conteúdo da requisição e justificativa que demonstre sua coerência com as metas do plano municipal de cultura;

II - análise da requisição em parecer técnico;

III - decisão de arquivamento do processo ou de realização do chamamento público;

IV - envio de resposta ao agente cultural autor da requisição, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de recebimento do requerimento inicial.

§ 1º. O conteúdo da requisição poderá ser apresentado em formato de texto livre ou minuta de edital, conforme opção do agente cultural.

§ 2º. A apresentação do requerimento inicial não impedirá o agente cultural de participar do chamamento público subsequente, desde que o prazo de inscrição de propostas seja de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

Seção II **Do Chamamento Público**

Art. 10. O chamamento público para a celebração dos instrumentos de execução do regime próprio de fomento à cultura será:

I - de fluxo contínuo, nos casos em que for possível a celebração de instrumentos à medida que as propostas são recebidas;

II - de fluxo ordinário, nos casos em que a administração pública optar pela concentração do recebimento, da análise e da seleção de propostas em período determinado.

§ 1º. O termo de ocupação cultural e o termo de cooperação cultural poderão ser celebrados sem chamamento público.

§ 2º. A minuta anexa ao edital deverá prever as condições de recebimento de recursos, os encargos e as obrigações decorrentes da celebração do instrumento, conforme o disposto na Seção III, Subseções I a III deste Capítulo, vedada a exigência de que o agente cultural realize pagamento de contrapartida financeira ou forneça contrapartida em bens e serviços.



Art. 11. O chamamento público para a celebração dos instrumentos de execução do regime próprio de fomento à cultura compreenderá as seguintes fases:

- I** - planejamento;
- II** - processamento;
- III** - celebração.

Parágrafo único. Nos casos de chamamento público de fluxo contínuo, os procedimentos previstos nos arts. 13 e 14 desta Lei poderão ser adaptados de acordo com o cronograma e com a sistemática de celebração dos instrumentos.

Art. 12. A fase de planejamento do chamamento público compreenderá as seguintes etapas:

- I** - preparação e prospecção;
- II** - proposição técnica da minuta de edital;
- III** - verificação de adequação formal da minuta de edital;
- IV** - assinatura e publicação do edital, com minuta de instrumento jurídico em anexo.

§ 1º. Na etapa de preparação e prospecção, a elaboração da minuta de edital deverá ser realizada pelo Município, a partir de diálogo entre a administração pública e o Conselho municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim, por meio de reuniões ordinárias ou extraordinárias de forma presencial com livre acesso ao público interessado, observados procedimentos que assegurem a transparência e a impessoalidade.

§ 2º. Nas hipóteses de uso de minuta padronizada, a verificação de adequação formal do edital e dos instrumentos jurídicos anexos poderá ser realizada pela autoridade responsável pela publicação do edital, sem necessidade de análise individualizada pelo órgão de assessoramento jurídico.

§ 3º. Nos casos em que for necessária a emissão de parecer jurídico, a análise deverá abordar o atendimento às exigências legais e a regularidade da instrução processual, vedada a avaliação de escolhas técnicas quanto à execução da política pública de fomento cultural.

§ 4º. Nos casos de agentes culturais integrantes de grupos vulneráveis:

- I** - o edital poderá prever a inscrição de proposta por meio da oralidade;



II - uma pessoa física deverá ser indicada como responsável legal para o ato da assinatura do instrumento jurídico, se um conjunto de pessoas que atuam como grupo ou coletivo cultural não possuir constituição jurídica, desde que a representação seja formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo.

Art. 13. A fase de processamento do chamamento público compreenderá as seguintes etapas:

I - inscrição de propostas, preferencialmente por plataforma eletrônica, com abertura de prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis;

II - análise e habilitação documental por servidores da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SEMCULT;

III - publicação da primeira fase de seleção, sendo a análise documental;

IV - análise de propostas por comissão de pareceristas;

V - divulgação do resultado provisório, com abertura de prazo para recurso de, no mínimo, 3 (três) dias úteis;

VI - recebimento e julgamento de recursos;

VII - divulgação do resultado final.

§ 1º. Na etapa de recebimento de inscrição de propostas, a administração pública poderá utilizar estratégias para ampliar a concorrência e para estimular a qualidade técnica das propostas, tais como:

I - implantação de canal de atendimento de dúvidas;

II - realização de sessões públicas para prestar esclarecimentos;

III - promoção de ações formativas, tais como cursos e oficinas de elaboração de propostas, com ampla divulgação e acessíveis a qualquer interessado.

§ 2º. A etapa de análise de propostas poderá contar com o apoio técnico de especialistas:

I - convidados pela administração pública para atuar como membros de comissão técnica de avaliação de projetos, em caráter voluntário;

II - contratados pela administração pública para atuar como membros da comissão técnica de avaliação de projetos para emitir pareceres técnicos, por inexigibilidade, por meio de edital de credenciamento ou de configuração como serviço técnico especializado, com remuneração fixada em 5 (cinco) UFCI - Unidade Fiscal do Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, por projeto avaliado.



§ 3º. A análise de propostas poderá utilizar critérios quantitativos ou qualitativos adequados à especificidade do fazer cultural, tais como: originalidade, inventividade artística, singularidade, promoção de diversidade, coerência da metodologia com os objetivos descritos, qualidade do projeto, relevância da proposta para o cenário cultural local, coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução, compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas, trajetória artística cultural do agente, potencial de impacto ou outros parâmetros similares, conforme definido no edital.

§ 4º. Os incentivos culturais através de chamamento público deverá, sempre que possível, ter escrita simples e acessível, inseridos em plataformas digitais de fácil acesso a todos, além de promover a descentralização dos recursos e equilíbrio entre o diferentes setores culturais do município.

§ 5º. Deverá prever ações afirmativas e reparatórias de direitos a serem realizadas por meio de editais específicos, de linhas exclusivas em editais, da previsão de cotas, definição de bônus de pontuação, adequação de procedimentos relativos à execução de instrumento, entre outros mecanismos similares destinados especificamente a determinados territórios, povos, comunidades, grupos ou populações.

§ 6º. As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no inciso IV do *caput* do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. A fase de celebração do chamamento público compreenderá as seguintes etapas:

I - habilitação dos agentes culturais contemplados no resultado final;

II - convocação de novos agentes culturais para a fase de celebração, em caso de inabilitação de contemplados;

III - assinatura física ou eletrônica dos instrumentos jurídicos celebrados pela administração pública com os agentes culturais habilitados.

§ 1º. Os documentos para habilitação poderão ser solicitados após a divulgação do resultado provisório, vedada a sua exigência na etapa de inscrição de propostas, exceto documentos pessoais que deverão ser entregues na etapa de inscrição das propostas.

§ 2º. Os requisitos de habilitação deverão ser compatíveis com a natureza do respectivo instrumento jurídico, sem implicar restrições que prejudiquem a democratização do acesso de agentes culturais às políticas públicas de fomento cultural.



§ 3º. A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração de termo de execução cultural, do termo de premiação cultural e do termo de bolsa cultural.

§ 4º. O edital deverá prever vedação à celebração de instrumentos por agentes culturais diretamente envolvidos na etapa de proposição técnica da minuta de edital referida no inciso II do *caput* do art. 12, na etapa de análise de propostas referida no inciso IV do *caput* do art. 13 ou na etapa de julgamento de recursos referida no inciso V do *caput* do art. 13, todos desta Lei.

§ 5º. Configurar-se-á nepotismo e impedirá a celebração de instrumentos pelo agente cultural quando, na etapa de habilitação, for verificado que ele é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital e este tiver atuado nas etapas referidas no § 4º deste artigo.

§ 6º. O agente cultural que integrar conselho de cultura poderá participar de chamamento público para receber recursos do fomento cultural, salvo quando se enquadrar nas hipóteses previstas no § 4º deste artigo.

§ 7º. A comprovação de endereço para fins de habilitação poderá ser realizada por meio de apresentação de contas residenciais ou de declaração assinada pelo agente cultural e ser dispensada nos casos de agente cultural que pertencer a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou a população nômade, itinerante ou que se encontra em situação de rua.

Art. 15. O instrumento jurídico poderá ter escopo plurianual na hipótese de:

I - a proposta ter como objeto o apoio a espaços culturais, com o objetivo de viabilizar sua manutenção, programação, atividades de comunicação, aquisição de móveis, aquisição de equipamentos e soluções tecnológicas, serviços de reforma ou construção, serviços para garantir acessibilidade, entre outras necessidades;

II - a proposta ter como objeto o apoio a corpos artísticos estáveis ou a outros grupos culturais com execução contínua de atividades;

III - a proposta ter como objeto a realização de festival ou outro tipo de ação cultural realizada em edições recorrentes;

IV - a ação cultural destinar-se ao reconhecimento da atuação de mestres da cultura popular, mediante premiação cujo pagamento poderá ocorrer em parcelas sucessivas;

V - outros casos em que o escopo plurianual otimizar o alcance dos objetivos da política pública de fomento cultural, conforme previsão no edital de chamamento público.



Seção III
Dos Procedimentos por Instrumento
Subseção I
Do Termo de Execução Cultural

Art. 16. O termo de execução cultural visa a estabelecer obrigações da administração pública e do agente cultural para a realização de ação cultural.

Parágrafo único. O extrato do Termo de Execução Cultural, deverá ser publicado no Diário Oficial do Município em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do referido termo.

Art. 17. O plano de trabalho anexo ao termo de execução cultural celebrado deverá prever, ao menos:

I - descrição do objeto da ação cultural;

II - cronograma de execução;

III - planilha orçamentária.

§ 1º. A planilha orçamentária deverá ser suficiente para demonstrar o planejamento financeiro da ação cultural e deverá informar todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

§ 2º. A compatibilidade da planilha orçamentária do plano de trabalho com os preços praticados no mercado será avaliada de acordo com tabelas referenciais de valores, com a análise de especialistas ou de técnicos da administração pública ou com outros métodos de identificação de valores praticados no mercado, tais como apresentação de orçamento.

§ 3º. A planilha orçamentária do plano de trabalho poderá apresentar valores divergentes daqueles praticados convencionalmente no mercado quando houver significativa excepcionalidade no contexto de realização das ações culturais, consideradas variáveis territoriais e geográficas, bem como situações específicas, tais como as de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens ou comunidades quilombolas e tradicionais.

Art. 18. Os recursos do termo de execução cultural serão depositados pela administração pública em conta bancária indicada pelo agente cultural, em desembolso único ou em parcelas, e os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados na ação cultural sem necessidade de autorização prévia.

Parágrafo único. Nos casos em que estiver pactuada a transferência de recursos em parcelas, o agente cultural poderá solicitar que haja conversão para desembolso único ou alteração do cronograma de desembolsos, em busca de ganho de



escala ou em virtude de sazonalidades ou de qualquer outra hipótese em que a alteração permitir mais efetividade ou economicidade na execução do plano de trabalho.

Art. 19. Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de:

- I** - prestação de serviços;
- II** - aquisição ou locação de bens;
- III** - remuneração de equipe de trabalho com respectivos encargos;
- IV** - diárias de viagem, para custear hospedagem, alimentação, transporte e necessidades similares de integrantes da equipe de trabalho;
- V** - diárias para custear hospedagem, alimentação e transporte de equipe de trabalho, independentemente do regime de contratação;
- VI** - despesas com tributos e tarifas bancárias;
- VII** - assessoria jurídica, serviços contábeis ou assessoria de gestão de projeto;
- VIII** - fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorre a execução da ação cultural;
- IX** - desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação;
- X** - assessoria de comunicação e despesas com divulgação e impulsionamento de conteúdos;
- XI** - despesas com manutenção de espaços, inclusive aluguel, e com contas de água e energia, entre outros itens de custeio;
- XII** - realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos, desde que seja demonstrada a necessidade e sua aplicação dentro do projeto;
- XIII** - outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto da ação cultural, desde que seja demonstrada a necessidade e sua aplicação dentro do projeto.

§ 1º. As escolhas da equipe de trabalho e de fornecedores na execução da ação cultural serão de responsabilidade do agente cultural, vedada a exigência de que nesse processo decisório sejam adotados procedimentos similares aos realizados no âmbito da administração pública em contratações administrativas.

§ 2º. Nos casos em que o agente cultural celebrante do instrumento jurídico for pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto da ação cultural.



Art. 20. O termo de execução cultural poderá definir que os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da ação objeto do fomento serão de titularidade do agente cultural desde a data de sua aquisição, nas hipóteses em que:

I - a ação cultural tiver como finalidade viabilizar a constituição de acervo, fortalecer a transmissão de saberes e práticas culturais, fornecer mobiliário, viabilizar aquisição de equipamentos, viabilizar modernização, reforma ou construção de espaços culturais, prover recursos tecnológicos para agentes culturais ou prover recursos para garantir acessibilidade ou objetivo similar;

II - a análise técnica da administração pública indicar que a aquisição de bens com titularidade do agente cultural seja a melhor forma de promover o fomento cultural no caso concreto.

Parágrafo único. Nos casos de rejeição da prestação de contas em que a motivação esteja relacionada à aquisição ou ao uso do bem, o valor pelo qual ele foi adquirido será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

Art. 21. A alteração do termo de execução cultural será formalizada em termo aditivo.

§ 1º. A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de ofício realizada pela administração pública quando esta der causa a atraso na liberação de recursos;

II - alteração do plano de trabalho sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto da ação cultural.

§ 2º. Nos casos de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto da ação cultural.

§ 3º. As alterações de plano de trabalho com escopo considerado de pequeno percentual ou valor, nos termos de regulamento, poderão ser realizadas pelo agente cultural e em seguida comunicadas à administração pública sem necessidade de autorização prévia.

§ 4º. A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem necessidade de autorização prévia da administração pública.

Art. 22. Nos casos de termo de execução cultural, a prestação de contas ocorrerá, conforme a hipótese aplicável e prevista em edital, por meio de uma das seguintes modalidades:



I - Relatório de Objeto da Execução Cultural, apresentado no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do fim da vigência do instrumento;

II - Relatório Financeiro da Execução Cultural, apresentado no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do fim da vigência do instrumento;

§ 1º. Nos instrumentos de valor global de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a obrigação de prestar contas poderá ser cumprida apenas conforme o inciso I deste *caput*, além de esclarecimentos presenciais, desde que a administração pública considere, no caso concreto, ser suficiente o relatório de objeto da execução e uma visita técnica de verificação para aferir o cumprimento integral do objeto.

§ 2º. O agente público que realizar a visita técnica de verificação prevista no § 1º deste artigo deverá elaborar Relatório de Verificação Presencial da Execução Cultural, no qual concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

§ 3º. A documentação relativa ao cumprimento do objeto e à execução financeira do termo de execução cultural deverá ser mantida pelo agente cultural pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

§ 4º. Expirado o prazo referido no § 3º deste artigo sem que a administração pública tenha proferido a decisão referida no § 1º do art. 23 desta Lei, consideram-se aprovadas as contas, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, de fraude ou de simulação.

Art. 23. A autoridade responsável pelo julgamento da prestação de contas do termo de execução cultural poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando restar comprovado o cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;



IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução verificada do objeto;
- b) pagamento de multa, nos termos de regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias,
- d) inscrição na dívida ativa do município, para os casos em que o agente cultural não devolver os recursos solicitados ou não efetivar o pagamento de multa interposta.

§ 1º. A decisão de aprovação ou de rejeição de contas deverá ser proferida no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da data de término de vigência do instrumento.

§ 2º. Nos casos em que houver decisão por aprovação da prestação de contas, com ou sem ressalvas, será determinado o arquivamento do processo.

§ 3º. As medidas previstas no inciso IV do *caput* deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente somente nos casos de comprovada má-fé.

§ 4º. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afastará a rejeição da prestação de contas, desde que regularmente comprovada.

§ 5º. Nos casos de rejeição parcial ou total da prestação de contas, o agente cultural poderá requerer que as medidas de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo sejam convertidas em obrigação de executar plano de ações compensatórias.

§ 6º. Nos casos em que for determinada a devolução de recursos, o cálculo será realizado a partir da data de término da vigência do instrumento, com atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do acréscimo de juros de mora nos termos do art. 406 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com subtração de eventual período de descumprimento pela administração pública do prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 7º. Nos casos em que for determinado o pagamento de multa, os parâmetros de atualização monetária e de acréscimo de juros observarão o disposto no § 6º deste artigo.



§ 8º. Nos casos em que for determinada a devolução de recursos ou o pagamento de multa, a administração pública deverá exercer sua pretensão de ressarcimento ao erário no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do trânsito em julgado na esfera administrativa, sob pena de prescrição.

§ 9º. Nos casos em que a apresentação da prestação de contas estiver em atraso superior a 120 (cento e vinte) dias a administração pública deverá:

a) inabilitar a proposição de novos projetos interpostos por agentes culturais enquadrados nesta situação, estando o mesmo impedido de receber recursos de fomento até a apresentação e aprovação da prestação de contas;

b) inscrever o agente cultural em dívida ativa.

§ 10. O agente cultural penalizado com sanções previstas neste artigo poderá interpor recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da decisão, devendo a administração pública analisar o pedido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 11. A administração pública poderá conceder parcelamento para a devolução dos valores devidos antes da inscrição do débito na dívida ativa, conforme regulamento próprio.

Subseção II **Do Termo de Premiação Cultural**

Art. 24. O termo de premiação cultural, com natureza jurídica de doação sem encargo, sem estabelecimento de obrigações futuras, visa a reconhecer relevante contribuição de agentes culturais para a cultura no âmbito municipal.

§ 1º. A inscrição de candidato em chamamento público que tenha por objeto a premiação cultural poderá ser realizada pelo próprio interessado ou por terceiro que o mesmo indicar.

§ 2º. O edital de chamamento público deverá conter seção informativa sobre incidência tributária, conforme legislação aplicável no município.

Art. 25. Após a emissão da nota de empenho, gerada a partir de autorização prévia do ordenador de despesa, o agente cultural firmará o termo de premiação cultural que produzirá os efeitos de recibo de pagamento.

Parágrafo único. Os ritos previstos nos artigos 16 a 23, desta Lei, não se aplicam ao termo de premiação cultural, em razão da natureza jurídica do instrumento.



Subseção III
Do Termo de Bolsa Cultural

Art. 26. O termo de bolsa cultural, com natureza jurídica de doação com encargo, visa a promover ações culturais de estudos e pesquisas por meio da concessão de bolsa, e poderá abranger atividades como:

- I** - participação em eventos estratégicos no território estadual ou nacional, tais como feiras, mercados, festivais e rodadas de negócios;
- II** - intercâmbios e residências artísticas, técnicas ou em gestão cultural;
- III** - projetos de pesquisa para a criação de obras e espetáculos artísticos;
- IV** - ações de circulação estadual, regional, nacional ou internacional;
- V** - outras ações de promoção, memória, patrimônio cultural, difusão e capacitação na área da cultura.

Parágrafo único. Os ritos previstos nos artigos 16 a 23, desta Lei, não se aplicam ao termo de bolsa cultural, em razão da natureza jurídica do instrumento.

Art. 27. O cumprimento do encargo previsto no termo de bolsa cultural deverá ser demonstrado no Relatório de Bolsista, vedada a exigência de demonstração financeira.

§ 1º. Nos casos em que não houver comprovação de cumprimento de encargo, o processo será encaminhado à autoridade responsável, que poderá determinar uma das seguintes medidas:

- I** - pagamento de multa, nos termos de regulamento;
- II** - suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

§ 2º. A decisão de que trata o § 1º deste artigo deverá ser proferida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data de término de vigência do instrumento.

§ 3º. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afastará a determinação das medidas previstas no § 1º deste artigo, desde que regularmente comprovada.

§ 4º. As medidas de que trata o § 1º deste artigo poderão ser convertidas em obrigação de executar plano de ações compensatórias.



§ 5º. Na hipótese de que trata o inciso I do § 1º deste artigo, a atualização monetária ocorrerá pelo IPCA, e o acréscimo de juros de mora ocorrerá nos termos do art. 406 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a partir da data de vencimento da obrigação de pagar a multa.

Subseção IV **Do Termo de Ocupação Cultural**

Art. 28. O termo de ocupação cultural visa a promover o uso ordinário de equipamentos públicos para ações culturais, sem repasse de recursos pela administração pública, com previsão da data de ocupação e dos deveres de cuidado do agente cultural ocupante.

Parágrafo único. Nos casos em que o uso do equipamento público cultural for realizada por meio de parceria da administração pública com organização da sociedade civil, nos termos de instrumentos previstos na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou de instrumentos jurídicos congêneres, não será obrigatória a celebração de termo de ocupação cultural para definição da programação, em razão da natureza jurídica do equipamento.

Art. 29. A celebração de termo de ocupação cultural decorrerá de decisão discricionária da administração pública, nas seguintes hipóteses:

I - convite da direção curatorial do equipamento público ao agente cultural para realizar a ocupação;

II - solicitação de uso ordinário do equipamento público apresentada pelo interessado, que poderá ser aceita pela direção curatorial como pedido avulso;

III - seleção pela direção curatorial do equipamento público de pedidos de seu uso ordinário apresentados por interessados por meio de edital de chamamento público aberto para essa finalidade.

Art. 30. O uso ordinário de equipamento público poderá ser realizado de forma gratuita ou mediante contraprestações previstas no termo de ocupação cultural como obrigações do agente cultural, tais como:

I - pagamento de taxa de uso ordinário, nos termos da legislação ou regulamento existente;

II - fornecimento de bens ou serviços que sirvam à modernização, à manutenção, à comunicação da programação, ao desenvolvimento, à aquisição de móveis, à reforma ou ao aperfeiçoamento de instalações do equipamento público.

§ 1º. O termo de ocupação cultural poderá prever a utilização temporária de espaço do equipamento público por iniciativas de fornecimento de bens ou serviços



diretamente relacionadas à realização de ações culturais, tais como feiras de artesanato, praças de alimentação de evento, lojas de festival e leilões de obras de arte.

§ 2º. O uso ordinário de equipamento público, formalizado por meio de termo de ocupação cultural, não se confunde com o uso especial, formalizado por meio de autorização, permissão ou concessão de bem público.

§ 3º. Fica autorizada a realização de feiras de artesanato e eventos similares nos espaços culturais públicos, permitindo-se a comercialização de produtos artesanais, desde que não haja vedação expressa em legislação Municipal e que seja vinculada a atividades culturais do espaço e sem descaracterizar sua finalidade pública.

§ 4º. Os ritos previstos nos artigos 16 a 23 desta Lei não se aplicam ao termo de ocupação cultural, em razão da natureza jurídica do instrumento.

Subseção V **Do Termo de Cooperação Cultural**

Art. 31. O termo de cooperação cultural visa a promover ações de interesse recíproco cujo escopo não se enquadra na hipótese de ocupação cultural, não envolve repasse de recursos pela administração pública e prevê compromissos das partes para o atingimento de sua finalidade.

Parágrafo único. A formulação de plano de trabalho será necessária apenas nas hipóteses em que o objeto do termo de cooperação cultural possuir significativa complexidade, conforme análise do caso concreto.

Art. 32. A celebração de termo de cooperação cultural decorrerá de decisão discricionária da administração pública, sem necessidade de chamamento público.

§ 1º. Nos casos em que houver plano de trabalho, o cumprimento dos compromissos previstos no termo de cooperação cultural deverá ser demonstrado no Relatório de Cooperação Cultural, vedada a exigência de demonstração financeira.

§ 2º. Os ritos previstos nos artigos 16 a 23 desta Lei não se aplicam ao termo de cooperação cultural, em razão da natureza jurídica do instrumento.

CAPÍTULO III **DOS RECURSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À CULTURA**

Seção I **Dos Mecanismos e das Transferências**



Art. 33. Os recursos destinados ao fomento cultural, poderão ser originários de quaisquer fontes ou mecanismos dos sistemas de financiamento à cultura, entre os quais se incluem:

- I** - dotações orçamentárias;
- II** - fundos públicos destinados às políticas públicas culturais;
- III** - captação de recursos privados, com ou sem incentivo fiscal;
- IV** - captação de recursos complementares;
- V** - rendimentos obtidos durante a execução da ação cultural;
- VI** - outras fontes ou mecanismos previstos em legislação específica.

Seção II

Da Captação de Recursos Privados sem Incentivo Fiscal

Art. 34. São instrumentos de captação de recursos privados sem incentivo fiscal:

- I** - acordo de patrocínio privado direto do regime jurídico próprio de fomento cultural, celebrado pela administração pública com patrocinadores;
- II** - outros instrumentos celebrados pela administração pública para captação de recursos privados para políticas públicas.

Art. 35. O acordo de patrocínio privado direto do regime jurídico próprio de fomento cultural poderá decorrer de propostas recebidas pela administração pública por meio de um dos seguintes procedimentos:

- I** - proposta avulsa, quando um interessado tem a iniciativa de apresentar à administração pública oferta de apoio a ações culturais;
- II** - chamamento público, quando ocorre a divulgação de edital de patrocínio privado direto, com finalidade de buscar apoio a ações culturais promovidas por órgãos e entidades da própria administração pública.

§ 1º. Nos casos de recebimento de proposta avulsa, deverá ser divulgado aviso público em meio oficial de publicidade da administração pública com abertura de prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de propostas alternativas por eventuais interessados.

§ 2º. O prazo para apresentação de propostas alternativas ao patrocínio privado será, preferencialmente, de 15 (quinze) dias úteis, podendo ser reduzido até o prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, desde que devidamente justificado, contados da publicação do aviso público oficial.



§ 3.º O autor da proposta selecionada fornecerá os dados da pessoa física ou jurídica que celebrará o acordo de patrocínio privado direto com a administração pública.

§ 4.º A escolha dos patrocinadores privados que firmarem Acordo de Patrocínio Privado Direto com a administração pública observará critérios objetivos de interesse público, garantindo ampla concorrência e transparência na seleção.

Art. 36. O acordo de patrocínio privado direto do regime próprio de fomento cultural deverá prever os deveres do patrocinador e as compensações autorizadas pelo poder público.

§ 1.º Os Deveres do Patrocinador, inclusos ao instrumento de acordo, deverá prever a obrigação do patrocinador de executar com recursos próprios, sem incentivo fiscal, lista de deveres, que poderá incluir:

- I** - fornecimento de bens ou prestação de serviços;
- II** - financiamento de premiação cultural;
- III** - depósito em favor do fundo municipal de cultura;
- IV** - realização de obras destinadas ao patrimônio cultural;
- V** - outros deveres adequados às necessidades da execução das políticas culturais.

§ 2.º O poder público poderá autorizar as seguintes compensações ao patrocinador:

- I** - veiculação de publicidade, inclusive mediante ativação de marca;
- II** - uso de espaço ou de bem da administração pública;
- III** - outras compensações solicitadas pelo patrocinador, avaliadas pelo poder público em juízo de conveniência e oportunidade.

§ 3.º O patrocinador deverá apresentar Relatório de Cumprimento dos Deveres pactuados, cujo escopo abrangerá a execução material, vedada a exigência de demonstração financeira.

§ 4.º A definição das compensações deverá estimular a integração entre o fomento público e o apoio privado, sem prejuízo do caráter espontâneo das manifestações artístico-culturais e da preservação do interesse da coletividade de usufruir dos bens públicos de uso comum previstos no inciso I do caput do art. 99 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).



CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 37. Os instrumentos de fomento cultural existentes na data de entrada em vigor desta Lei permanecerão regidos pela legislação vigente ao tempo de sua celebração, ressalvadas as seguintes hipóteses, a serem avaliadas em juízo de conveniência e oportunidade pela administração pública:

I - nos casos de instrumentos ainda vigentes, a administração pública poderá propor:

a) a celebração de termo aditivo com a indicação da aplicação subsidiária de regras ou de procedimentos previstos nesta Lei, quando considerar essa medida conveniente e oportuna para a efetividade das políticas públicas culturais; ou

b) a substituição do instrumento vigente por um novo instrumento previsto no art. 8º desta Lei, para sujeição ao regime próprio de fomento cultural disposto nesta Lei; e

II - nos casos de instrumentos com vigência encerrada, mas que estejam ainda em fase de apresentação ou de análise de prestação de contas, poderá haver aplicação subsidiária dos dispositivos desta Lei relativos aos seguintes aspectos:

a) possibilidade de ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, a critério da administração pública;

b) possibilidade de o parecer técnico e a decisão final referente à prestação de contas concluírem pela aprovação das contas quando comprovado o integral cumprimento do objeto, sem necessidade de análise da documentação financeira;

c) sistemática de apuração de valores a serem ressarcidos ou de cálculo de multa;

d) regras previstas nos § 3º e § 4º do art. 22 desta Lei;

e) impedimento de novas proposições em editais de fomento em âmbito municipal até a finalização da prestação de contas, de projetos que estiverem em atraso há mais de 120 (cento e vinte) dias;

f) inscrição do agente cultural em dívida ativa, nos casos em que a apresentação da prestação de contas estiver em atraso superior a 120 (cento e vinte) dias.

Art. 38. Sobre saldo residuais e rendimentos:

I - Caso existam saldos remanescentes nas contas ou fontes de recursos vinculadas a determinado certame, provenientes de recursos de fomento oriundos de outros editais, rendimentos ou outras receitas vinculadas, poderá haver suplementação do edital originalmente publicado.

II - A suplementação consistirá na ampliação da capacidade de contemplação, mediante a convocação dos candidatos habilitados em lista de suplentes, respeitando os critérios e a ordem classificatória inicialmente estabelecidos no edital.



Art. 39. Nos casos de ausência ou de omissão do regulamento:

I - serão consideradas alterações de plano de trabalho de pequeno percentual aquelas cujo escopo seja inferior a 10% (dez por cento) do valor total do instrumento celebrado, para fins do disposto no § 3º do art. 21 desta Lei; e

II - será observado, no cálculo da multa referida na alínea "b" do inciso IV do *caput* do art. 23 desta Lei, o intervalo de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor total do instrumento celebrado, e a definição do percentual será realizada a partir da avaliação da gravidade da irregularidade verificada e da existência de eventual reincidência.

Parágrafo único. As alterações de plano de trabalho referidas no inciso I do *caput* deste artigo abrangerão remanejamentos, criação ou supressão de elementos ou quaisquer outras modificações consideradas necessárias pelo agente cultural.

Art. 40. Nas hipóteses de contrato de gestão da administração pública com organizações sociais, as entidades contratadas poderão solicitar a adoção de procedimentos do regime próprio de fomento cultural para a execução de recursos provenientes do referido instrumento, em benefício da efetividade da implementação das políticas culturais.

Art. 41. A administração pública fomentará atividades de formação e de capacitação de agentes públicos e de agentes culturais quanto aos procedimentos do regime jurídico de fomento à cultura.

§ 1º. As atividades de formação e de capacitação poderão ser realizadas por órgãos e entidades da administração pública, inclusive escolas de governo e universidades, por organizações da sociedade civil parceiras ou por outras organizações privadas com experiência na gestão cultural.

§ 2º. As atividades de formação e de capacitação serão planejadas como estratégias para difusão do conhecimento e fortalecimento institucional e poderão abranger a elaboração de manuais padronizados, a realização de oficinas de elaboração de propostas, de cursos sobre execução de recursos, de cursos sobre monitoramento e prestação de contas, entre outras ações.

§ 3º. A execução das atividades de formação e de capacitação deverá priorizar a democratização do acesso aos recursos do fomento cultural, com foco na desconcentração territorial, na redução de desigualdades e na promoção de justiça racial e diversidade.

§ 4º. Para captar recursos através dos instrumentos de fomento cultural previstos nesta Lei, será obrigatória, por parte do agente cultural, a participação em formação e capacitação mencionadas neste artigo, tendo o prazo máximo de 18 (dezoito) meses, a contar da data da publicação da presente Lei, para comprovação da participação em, pelo menos, uma das capacitações e/ou formações disponibilizadas pelo poder público.



§ 5º. Após o prazo previsto no parágrafo anterior, o agente cultural estará impedido de participar em editais de fomento cultural até que atenda ao requisito obrigatório.

§ 6º. A capacitação e formação cultural serão comprovadas mediante declaração ou certificado de conclusão de curso desde que sejam realizadas por órgãos e entidades da administração pública, inclusive escolas de governo e universidades, por organizações da sociedade civil parceiras ou por outras organizações privadas com experiência na gestão cultural.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 16 de junho de 2026.

THEODORICO DE ASSIS FERRAÇO
Prefeito Municipal

